



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 4 de abril de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Indústria elogia medidas, mas acha pacote insuficiente 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Ajuda de Dilma à indústria tem pouco efeito imediato..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Pacote improvisado provoca críticas de setores do governo..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Indústria ganha 6º pacote de incentivos para sair da crise..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Desoneração é destaque do pacote..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Indústria sobe 1,3%, mas no ano cai 3,4%..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADO DE MINAS Incentivos para indústria chegam a R\$ 60,4 bilhões 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA INFO EXAME A turma dos eleitos de Dilma 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Medidas do governo para aquecer a economia repercutem na Câmara 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
REUTERS BRASIL Dilma pede agilidade para salvaguardas contra importados 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CONSULTOR JURÍDICO Incentivos fiscais e o desenvolvimento da indústria..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
DIÁRIO ABC Receita formaliza alfandegamento da ZPE do Acre 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria elogia medidas, mas acha pacote insuficiente		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para os empresários, as medidas anunciadas pelo governo não resolvem os problemas de competitividade da indústria nacional

Rafael Moraes Moura , Lu Aiko Otta e Suzana Inhesta

As medidas anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, foram apontadas como positivas, mas consideradas insuficientes para a maioria do setor industrial.

Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, as medidas não resolvem o problema da competitividade brasileira. "São medidas positivas? São. Não me decepcionam, mas também não me impressionam", criticou Skaf. "Considerando a realidade do custo que temos hoje no Brasil para produzir, que é mais caro que o americano, italiano, europeu, daqui a uns meses vamos precisar estar aqui (no Palácio do Planalto) de novo. Entendo que é um paliativo, não tá mexendo na ferida", criticou O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert, comentou que a entidade indicou integrantes para vários dos conselhos de competitividade instalados ontem. Ele, porém, tem dúvidas quanto aos resultados dessa iniciativa. "Se o governo ouvir o que sair das câmaras, vaidar certo", comentou.

Para ele, no entanto, é provável que as medidas esbarrem em velhos problemas, como a falta de espaço na política fiscal para medidas mais ousadas. Ele avaliou que as medidas anunciadas são importantes, mas insuficientes, pois não resolvemos dois problemas mais graves da indústria, que são os juros e o câmbio. O ideal, segundo comentou, é que a cotação do dólar ficasse na casa de R\$ 2,20 a R\$ 2,30.

No mesmo tom, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) considerou as medidas positivas, mas ainda insuficientes para resolver todo o problema da indústria. "As medidas foram positivas, certamente causarão impacto no setor têxtil, mas precisam e devem ser evolutivas como disse a presidente Dilma. Vejo como uma clara demonstração de vontade política em favor da indústria. Contudo, não são algumas medidas pontuais que irão

resolver toda a situação da indústria brasileira" declarou o presidente da Abit, Aguinaldo Diniz Filho.

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, observou que outros países também estão trabalhando para ocupar mais espaço no mercado mundial, o que obriga o Brasil a um processo contínuo de busca de redução de custos de produção.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, avaliou que as medidas poderão reverter o quadro de baixo dinamismo da atividade industrial observada no início deste ano. "A indústria patinou em janeiro, fevereiro e março, grande parte devido às importações. Há a possibilidade de que, com as medidas, a indústria se recupere", afirmou. Ele frisou que o governo deixou em aberto a possibilidade de adotar novas medidas. Na sua avaliação, o ideal seria tentar elevar a cotação do dólar para R\$ 1,90.

Desoneração. O presidente executivo da União Brasileira de Avicultura (Ubabef), Francisco Turra, ficou decepcionado com o fato de o governo não ter beneficiado o setor de carnes com a desoneração da folha de pagamento, uma das medidas do Plano Brasil Maior. "Essa foi a grande falha do anúncio. Não achei injusta a exclusão do setor de alimentos como um todo", desabafou. "A desoneração é um fator preponderante para mantermos a competitividade do produto nacional. O setor de carnes já tem uma das cargas tributárias mais elevadas e esse benefício nos daria algum alívio."

Competitividade


ROBSON BRAGA DE ANDRADE

PRESIDENTE DA CNI

"A indústria patinou em janeiro, fevereiro e março, grande parte devido às importações."

Risco

Apesar da decisão de sobretaxar as importações, o governo se preocupa com a eventualidade de a medida ser contestada na Organização Mundial do Comércio.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Ajuda de Dilma à indústria tem pouco efeito imediato		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo abre mão de um dia de receita para estimular novos investimentos

Lançado com pompa pela presidente Dilma Rousseff, o pacote de medidas para socorrer a indústria e estimular a economia no início do ano terá pouco efeito imediato. O anúncio foi recebido com desconfiança por empresários presentes à cerimônia no Planalto.

A principal medida prevê a injeção de R\$ 45 bilhões no **BNDES**, principal fonte de crédito no país para investimentos de longo prazo.

Dilma socorre indústria com medidas de impacto reduzido. Corte de impostos para 15 setores equivale a um dia de receita do governo. **BNDES** terá mais R\$ 45 bilhões para empréstimos e reduz juros para estimular novos investimentos.

DE BRASÍLIA

DE SÃO PAULO

DO RIO

A presidente Dilma Rousseff lançou ontem com estardalhaço um pacote de medidas de reduzido efeito imediato para socorrer a indústria, estimular investimentos e reanimar a economia.

O pacote aliviará em R\$ 3,1 bilhões a carga tributária de 15 setores neste ano, liberando para investimentos quantia equivalente a apenas um dia da arrecadação federal em janeiro e fevereiro.

A medida de maior impacto é uma nova injeção de capital no **BNDES**, o banco oficial que é a principal fonte de crédito para investimentos de longo prazo no país. A instituição receberá R\$ 45 bilhões do governo.

O banco, que nos últimos anos recebeu outros R\$ 240 bilhões do Tesouro, usará o dinheiro para reduzir suas taxas de juros e oferecer empréstimos de prazo maior.

O pacote do governo incluiu medidas que já haviam sido anunciadas antes, estímulos para a indústria automobilística que só entrarão em vigor em 2013 e até um

programa de incentivo fiscal para instituições que tratam de pacientes com câncer.

Economistas de bancos e consultorias que analisaram o pacote preveem que seu impacto será limitado, mas acham que ele pode dar à atividade econômica um empurrão no próximo ano.

Segundo o IBGE, as indústrias beneficiadas com redução de impostos empregam 30% da mão de obra ocupada no setor e são responsáveis por 20% da **produção** industrial do país.

As empresas desses setores deixarão de contribuir à Previdência com 20% de sua folha de pagamento e passarão a recolher uma taxa calculada sobre o faturamento, com alíquotas de 1 a 2%.

Os R\$ 3,1 bilhões que serão liberados neste ano representam 0,1% do que a indústria brasileira pretende investir neste ano, de acordo com levantamento divulgado pela Fiesp nesta semana.

Estatísticas divulgadas ontem pelo IBGE mostram que a **produção** da indústria cresceu 1,3% em fevereiro, depois de vários meses em que a atividade do setor se contraiu.

O governo também prometeu R\$ 6,5 bilhões para subsidiar os juros de um programa do **BNDES** que financia a aquisição de máquinas, caminhões e outros investimentos, e R\$ 1,9 bilhão para crédito à **exportação**.

O secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que parte dos custos do pacote será compensada com um aumento nos impostos cobrados de fabricantes de bebidas como cervejas e refrigerantes.

Empresários que foram a Brasília acompanhar o lançamento do pacote e não viram seus setores contemplados pelas medidas voltaram para casa insatisfeitos.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, reclamou porque apenas setores que sofrem com o câmbio e a competição com produtos **importados** foram atendidos.

Segundo o secretário Barbosa, a prioridade do governo foi apoiar setores que enfrentam concorrência

externa e são grandes empregadores de mão de obra. "Não se **importa** prédios da Índia nem da China", disse.


Um empresário da área de alimentos criticou o pacote por não fazer nada para reduzir o custo da energia. Representantes do setor de telecomunicações saíram antes que a cerimônia acabasse.

"A intenção é boa", disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. "Não dá para falar mal do que vai na direção certa, mas isso é mais do mesmo."

A presidente Dilma Rousseff aproveitou o lançamento do pacote para cobrar a redução dos spreads bancários, a diferença entre a taxa de captação dos bancos e o juro praticado nos empréstimos.

"Não estou falando nem fazendo considerações políticas, tecnicamente é de difícil explicação os níveis de spread no Brasil", afirmou, arrancando aplausos da plateia de 600 pessoas, a maioria composta por empresários.

Em seu discurso, Dilma fez ataques à política econômica dos países ricos e prometeu incentivar o **mercado** nacional. "O governo não vai abandonar a indústria brasileira", afirmou.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Pacote improvisado provoca críticas de setores do governo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo assessores, medidas importantes acabaram sem destaque por terem sido incluídas de última hora

Palácio do Planalto queria dar "volume" à cerimônia e incluiu até programa para o tratamento de câncer

VALDO CRUZ

NATUZA NERY

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

Técnicos do Gov Federal trabalharam até a madrugada de ontem finalizando algumas das medidas do pacote, como o novo regime para o setor automotivo.

Como de costume, a presidente Dilma Rousseff fez vários reparos a poucas horas do evento no Palácio do Planalto e, num sinal da correria, acabou assinando apenas a metade dos decretos previstos dentro do pacote. Motivo: não houve tempo de incluir o restante no roteiro da solenidade realizada ontem.

Dilma estava contrariada durante o evento, tendo distribuído broncas ao cerimonial e até ao ministro Guido Mantega (Fazenda).

Em um determinado momento, ela discutiu com ele sobre números de desoneração numa folha de papel.

Até o longo arquivo eletrônico de Power Point com as medidas, divulgado pela Fazenda, tinha erros: o secretário-executivo Nelson Barbosa teve de corrigir o valor de desonerações deste ano de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 3,1 bilhões.

Auxiliares da presidente, ao fim do evento, usavam uma metáfora de mecânica para resumir a correria: a tentativa de consertar um carro em movimento.

AMONTOADO DE MEDIDAS

O plano do governo de transformar o lançamento do pacote de medidas econômicas em um evento de grande impacto acabou se revelando um erro de estratégia de marketing, na avaliação de assessores da própria presidente.

A análise foi feita reservadamente durante a solenidade de ontem no Palácio do Planalto, que reuniu mais de 400 pessoas e durou mais de duas horas.

De acordo com esses assessores, o evento poderia ter sido desmembrado em pelo menos três grandes cerimônias e ganhar, com isso, maior destaque na mídia.

Da forma como foi feito o anúncio de ontem, o pacote virou um amontoado de 21 medidas novas, velhas e de antigas promessas -incluindo até Programa Nacional de Assistência Oncológica.

A presença do programa foi a que causou maior surpresa na equipe de Dilma, que contava com seu anúncio em outra data, de preferência com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva -aproveitando o sucesso de seu tratamento contra um câncer na laringe.


"FAZER VOLUME"

Só que, de acordo com um auxiliar, o Palácio do Planalto queria "fazer volume" no lançamento de ontem.

O governo chegou a ser aconselhado, por exemplo, a anunciar em algum outro dia todas as medidas destinadas a aumentar as exportações para dar mais repercussão às novas ações de desoneração de impostos e de estímulo do investimento.

Para esses assessores, também perderam impacto medidas relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga e ao Programa um Computador por Aluno, projetos considerados prioritários pela própria presidente.

Pouca gente entendeu também o motivo de constar entre as medidas do pacote a famosa "guerra dos portos" - além de uma ameaça velada ao mercado de baixar novas medidas cambiais para conter a valorização do real.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria ganha 6º pacote de incentivos para sair da crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Entre as medidas, mais dinheiro para o **BNDES** e proteção às montadoras

O governo anunciou ontem o sexto pacote de incentivos à indústria desde fins de 2008, quando estourou a crise financeira global. Desta vez, os incentivos somam R\$ 60,4 bilhões para ativar a economia e tentar fazer o país crescer 4,5% este ano. Também foi aprovado um conjunto de medidas para o setor automotivo: montadoras que investirem no **Brasil** e destinarem mais recursos para tecnologia terão uma proteção adicional contra os carros **importados**. As medidas são gradativas até 2017. Parte da indústria e líderes sindicais receberam o anúncio com ceticismo. Ontem, o IBGE divulgou a **produção** industrial mensal de fevereiro, que mostra um discreto avanço de 1,3% sobre o mês anterior. No entanto, os números ainda apontam uma retração de 3% em relação a setembro de 2008.

Pacote sob críticas

Governo aumenta plano de estímulo a R\$ 60 bi, mas empresários, analistas e sindicalistas veem poucos efeitos

NOVO EMPURRÃO OFICIAL

Sob fortes críticas de empresários, economistas e sindicalistas, o governo lançou ontem o sexto pacote de estímulo à economia desde 2008. O plano de R\$ 60,4 bilhões, anunciado como a segunda etapa do programa **Brasil** Maior, incluiu medidas de desonerações, aumento e barateamento do crédito, incentivos às **exportações** e à **produção** nacional de veículos, entre outras, para tentar fazer o país crescer 4,5% este ano.

Na área tributária, a principal ação foi a redução dos encargos sobre a folha de pagamento de 11 novos setores, incluindo autopeças e bens de capital. Já para reforçar o crédito aos empresários, o Tesouro Nacional fará um aporte de R\$ 45 bilhões no **BNDES** e vai equalizar linhas de financiamento da instituição num total de R\$ 6,5 bilhões.

Para Fábio Kanzuc, professor da USP, as medidas são tímidas e repetem o que ocorreu no passado:

- O governo deveria ter dado medidas gerais, que elevariam a competitividade da indústria. Mas, ao contrário, elegeu alguns setores. E pode ter escolhido mal - questiona.

O economista Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria, afirmou que o impacto do pacote no total da economia é reduzido e, por isso, não alterou suas previsões de crescimento da **produção** industrial (2%) e do Produto Interno Bruto (**PIB**, de 3,2%) para 2012.

- As medidas não atrapalham, mas também não resolvem nossos entraves. São positivas, mas sem grande projeção - disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Sem medidas cambiais, **dólar** cai

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, reclamou que o plano não toca em juros altos e câmbio:

- Com o câmbio a R\$ 1,80, não tem empresa que agunte. Temos 127 setores e o governo desonerou 11.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, também classificou as medidas de "tímidas e pouco abrangentes", que não aliviam a situação de segmentos mais afetados como o autopeças, máquinas e equipamentos e eletroeletrônicos.

- Tem fábrica com 80% da **produção** parada e as medidas, apesar de **importantes**, só trarão resultados no médio e longo prazos. A situação delas é de desespero e, partir de maio, devem começar a demitir - disse Torres.

Após o detalhamento das medidas feito pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel e pelo presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, diante de uma plateia de mais de 400 empresários. além de sindicalistas e parlamentares, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso enfático em defesa da indústria nacional.

- O governo não vai abandonar a indústria brasileira. Não concebemos o nosso **desenvolvimento** sem uma indústria forte, inovadora e competitiva. Ao lema do meu governo, "País Rico é País sem Miséria", queremos acrescentar que país rico é país que investe, que cria empregos e se torna cada vez mais competitivo - disse.

Para discutir o pacote e o processo de desindustrialização no país, essas e outras entidades

empresariais e de trabalhadores esperam reunir na manhã de hoje mais de 100 mil trabalhadores na Assembleia Legislativa de São Paulo, no evento intitulado "Grito de Alerta em defesa da **produção** e do emprego".

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, avaliou que cada vez mais o governo dá a entender que a solução para conter a desindustrialização passa pelo câmbio depreciado e medidas protecionistas, que têm efeitos inflacionários.


Fernando Zelveti, professor de tributação e política fiscal da Fundação Getulio Vargas (FGV), de São Paulo, disse que o pacote não passa de um "tapa buracos" para remediar a ausência de uma política industrial.

Já o advogado trabalhista Maurício Tanabe, do TozziniFreire, aprovou a desoneração da folha. Ele lembra que isso reduz o custo fixo das empresas, que vão pagar mais quando faturarem mais:

- Em todos os locais onde houve esta mudança o emprego cresceu quase que imediatamente.

A ausência de medidas no câmbio fez o **dólar** cair, fechando em baixa de 0,27%, a R\$ 1,827, após o Banco Central comprar **dólares**.

aporte no **BNDES** tem alto custo

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Desoneração é destaque do pacote		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo aumenta para 15 os setores industriais que terão alívio tributário

Martha Beck, Eliane Oliveira

BRASÍLIA. A desoneração da folha de pagamento de 11 novos setores foi o maior destaque do novo pacote de incentivo à economia. Com a medida, o governo já reduziu os encargos sobre a folha de 15 segmentos, que deixaram de recolher 20% de contribuição ao INSS sobre a folha e passarão a pagar uma alíquota que varia agora de 1% a 2% sobre o faturamento.

Durante o anúncio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o Brasil está optando por uma fórmula diferente para reduzir os custos das empresas com encargos trabalhistas. Ele afirmou que a saída encontrada pelos países desenvolvidos em crise hoje é reduzir os salários e os direitos dos trabalhadores.

- Já aqui estamos desonerando a folha no Brasil de modo que os empresários brasileiros tenham uma vantagem sem que isso prejudique os trabalhadores - disse Mantega.

A presidente Dilma Rousseff disse que a saída dos países ricos é a fórmula do fracasso:

- A melhor saída para a crise não está naquela velha receita da recessão e da precarização do trabalho. Esta tem sido, para nós, a fórmula do fracasso.


Para compensar parte da desoneração, o governo decidiu elevar o PIS/Cofins sobre as importações dos setores

que tiveram os encargos reduzidos sobre a folha. O aumento será equivalente à alíquota instituída sobre o faturamento. Uma empresa do setor de têxtil, por exemplo, vai passar a pagar 1% sobre seu faturamento e também terá um acréscimo de 1% sobre o PIS/Cofins de suas importações.

Esses setores terão ainda que recolher PIS/Cofins sobre as importações que fizerem. Já as receitas de exportação serão completamente desoneradas da alíquota que vai incidir sobre o faturamento.

O governo também deu um alívio para os setores que estão sendo mais prejudicados pela competição dos importados. Os fabricantes de autopeças, têxteis, confecções, calçados, móveis terão mais tempo para recolher o PIS/Cofins que deveriam pagar em abril e maio deste ano. O valor poderá ser recolhido em novembro e dezembro.

Para ajudar o setor exportador, o governo vai reforçar os recursos do Programa de Financiamento à Exportação (Proex) em R\$ 1,9 bilhão. Além disso, foi flexibilizado o critério para que uma empresa seja classificada como preponderantemente exportadora, o que dá direito a aquisição de insumos sem IPI ou PIS/Cofins.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria sobe 1,3%, mas no ano cai 3,4%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Atividade maior atingiu 18 dos 27 ramos pesquisados pelo IBGE. Maiores destaques são veículos e indústria extrativa

Fabiana Ribeiro

fabianar@oglobo.com.br

Para surpresa de analistas, a **produção** industrial subiu em fevereiro: cresceu 1,3% frente a janeiro, no maior avanço mensal desde o mesmo mês de 2011 (2,2%). No entanto, o nível de **produção** ficou 3% abaixo do de setembro de 2008. E, na comparação com fevereiro de 2011, a atividade recuou 3,9% - sexta taxa negativa e a mais intensa desde setembro de 2009 (-7,6%).


Os números levam o setor a acumular perda de 3,4% apenas nos dois primeiros meses deste ano. Cenário que, para especialistas, só deve mostrar uma retomada mais acentuada a partir do segundo semestre - mesmo com o pacote de medidas anunciadas pelo governo.

- O resultado de hoje mostra uma recuperação frente ao mês anterior. Das 27 áreas, 18 apresentaram taxas positivas em relação ao mês anterior. No mês passado, eram 14 setores em queda. Ainda assim, o patamar da **produção**,

que está em níveis de fevereiro de 2010, segue 3,4% abaixo do seu ponto mais elevado (março de 2011) - comentou André Macedo, gerente da pesquisa no IBGE.

Segundo Macedo, houve recuperação nos setores que registraram forte queda de **produção** no mês anterior. Caso do segmento de veículos, que cresceu 13,1% em fevereiro, eliminando parte da queda de 31,2% de janeiro. Outro destaque foi a **produção** da indústria extrativa, com expansão de 9,3%. Também contribuíram positivamente setores como equipamentos de instrumentação médico-hospitalares (23,8%), farmacêutica (7%), outros produtos químicos (3,1%) e bebidas (6%).

Para Felipe França, economista do ABC Brasil, apesar do desempenho da atividade industrial continuar fraco, as perspectivas para 2012 são positivas. Em sua avaliação, reaquecimento da demanda doméstica, retomada dos investimentos e esforços do governo para evitar uma desindustrialização devem contribuir para o crescimento no ano.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO Incentivos para indústria chegam a R\$ 60,4 bilhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo anuncia desoneração para 15 setores, corte de impostos e crédito para inovação e exportação para acelerar a economia em ano eleitoral. Tributo sobre bebidas paga conta

Sílvio Ribas

Brasília - As pressões do cenário externo adverso e do calendário eleitoral levaram a presidente Dilma Rousseff a anunciar ontem uma série de medidas pontuais de estímulo à produção industrial, com a principal missão de tirar a economia brasileira da estagnação. A conta para o Tesouro Nacional do pacote que renova e amplia iniciativas já adotadas ano passado chega a R\$ 60,4 bilhões, incluindo renúncia fiscal previdenciária sobre folha de pagamento de 15 setores, redução temporária do imposto sobre produtos, reforço às linhas de crédito para exportação e inovação e até novas regras para compras governamentais.

O anúncio das novas medidas do Plano Brasil Maior (veja quadro), lançado em agosto de 2011, feito no Palácio do Planalto para uma plateia de centenas de políticos, empresários e sindicalistas, também confirma a tendência de um nível maior de intervenção do governo na economia. Entre os alvos dessa reação está o apoio do setor produtivo paulista, que concentra a maior fatia do bolo industrial, e as intenções de voto nas eleições municipais.

Mesmo aproveitando os sucessivos recordes de arrecadação, o governo sinaliza que vai compensar parte da renúncia fiscal anunciada ontem com novos impostos. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que haverá aumento na tabela de preços das bebidas frias usada para a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir de hoje. Ele, contudo, não deu detalhes, que seriam divulgados no Diário Oficial da União, mas sinalizou que pode haver outras ações.

Ao garantir que o Tesouro Nacional vai cobrir rombos na Previdência Social gerados pela desoneração das contribuições das empresas, a presidente avisou aos críticos que o pacote traz ações deliberadas em favor da indústria. "Não vamos deixar que se crie a distorção de um déficit na Previdência por causa dessa desoneração. O governo está enfrentando junto com as empresas o desafio da redução do

custo salarial", discursou. "Vamos manter nossa meta de superávit primário, criar condições para a queda dos juros reais, mas que faremos isso sem prejuízo das políticas de estímulo aos investimentos à indústria e à economia", acrescentou.

Protecionismo Ela e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, também rechaçaram a classificação dos 10 decretos assinados ontem como protecionistas. Segundo eles, são uma reação aos efeitos da crise mundial que persistem desde 2008 somada a uma política de defesa comercial diante de crescentes abusos no comércio internacional. Neste sentido, Dilma prometeu continuar denunciando na Organização Mundial do Comércio (OMC) a desvalorização artificial de moedas.


A presidente prometeu fazer tudo "dentro dos limites da legalidade e sem transigir na questão da soberania do país para defender nossos empregos, nossa indústria e nosso crescimento". Outra mensagem da presidente com forte conteúdo político procurou enaltecer o que ela chamou de modelo brasileiro para crises, com aposta no fortalecimento do mercado interno e negação de ações recessivas. "O Brasil tem mostrado que não há incompatibilidade entre cortar gastos e, ao mesmo tempo, investir no crescimento da economia", disse.

Desafios Antes de detalhar as medidas ligadas a sua pasta, Mantega listou "desafios à economia brasileira" gerados pelo "desespero" de exportadores em vários países. "A crise já chegou aos emergentes e eleva a competitividade dos nossos concorrentes. E quem sofre mais com isso é a indústria", relatou. Ele acredita que o Brasil reúne condições de crescer mais este ano, na contramão da tendência mundial. "O descontrole da inflação está superado", frisou. PIMentel considerou as medidas anunciadas para reduzir parte do chamado custo Brasil como resultado do diálogo informal de governo, empresários e trabalhadores e que foi formalizado ontem com a posse de 19 conselhos de competitividade setorial, formado por cerca de 500 membros.

Os líderes empresariais aplaudiram as medidas. "Consideramos os anúncios de hoje (ontem) importantes, como ações emergenciais. Mas continuaremos negociando soluções

para problemas estruturais", comentou Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

(Colaborou Rosana Hessel)

	VEÍCULO REVISTA INFO EXAME	EDITORIA	
	TÍTULO A turma dos eleitos de Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Agência Petrobras/Steferson Faria

anterior próxima

Maria das Graças Foster: cotada para assumir a Petrobras desde o início da candidatura de Dilma à Presidência

São Paulo - Uma das maiores derrotas da presidente Dilma Rousseff no Congresso ocorreu no último dia 21, quando o PMDB articulou - a despeito de ser um partido da base governista - o adiamento da votação da Lei Geral da Copa, um dos projetos prioritários do governo.

No mesmo dia, distante dos embates no Congresso que nas últimas semanas geraram uma crise ainda sem solução, Dilma entregou a diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo a Magda Chambriard - em cerimônia que teve um discurso da presidente coalhado de elogios a ela.

A escolha de Magda, uma engenheira sem ligações partidárias e que costuma chegar cedo e sair tarde do trabalho, já tinha sido um bálsamo para outra frustração do Planalto. Duas semanas antes, quando o nome de Magda foi anunciado para a substituição de Haroldo Lima - que deixou a direção da ANP em dezembro -, o governo engolia seco a negativa do Senado à recondução de Bernardo Figueiredo ao comando da Agência Nacional de Transportes Terrestres.


Foi outra maldade do PMDB, insatisfeito com os cargos que tem recebido na máquina estatal. Esquivando-se da babilônia de sua base aliada, Dilma tem se valido cada vez mais de figuras como Figueiredo e Magda, exemplares de um

tipo de perfil que ela considera ideal para ocupar postos-chave na administração.

As pessoas de confiança da presidente que já têm grife ocupam assentos no primeiro escalão. Fazem parte desse time Miriam Belchior, ministra do Planejamento, e Fernando **PIM**entel, ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Mas é no conjunto de subalternos de **Ministérios**, autarquias e estatais que estão alguns dos eleitos menos óbvios da presidente. São os chamados "técnicos" do governo.

O termo é uma generalização para um conjunto de cerca de duas dezenas de profissionais que têm em comum o conhecimento profundo das áreas em que atuam. Esse trunfo é caro a Dilma, que consulta os integrantes dessa turma diretamente para saber o andamento de obras e projetos.

Os eleitos da presidente não são recentes no governo, mas ganharam prestígio desde sua posse. A secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, está nesse grupo. No posto desde 2005, ela é socióloga e pós-graduada em gestão pública. Inês esteve cotada para assumir o **Ministério das Cidades** no início do governo e também neste ano, quando Mário Negromonte deixou a pasta após denúncias de corrupção.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Medidas do governo para aquecer a economia repercutem na Câmara		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As medidas anunciadas nesta manhã pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para ampliar o Plano Brasil Maior de apoio à produção nacional, causaram divergências entre os deputados.

Entre as medidas contidas no Plano está a desoneração da folha de pagamento, acabando com a contribuição previdenciária patronal de 20%. Isso será compensado por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento e beneficiará 15 setores, entre eles o têxtil e os de plástico e móveis. O governo deixará de arrecadar R\$ 7, 2 bilhões por ano com a medida.

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que "são medidas muito concretas, consistentes que vão auxiliar sobremaneira a indústria brasileira a enfrentar a crise internacional". O vice-líder do PT deputado Henrique Fontana (RS) também elogiou os pontos do Plano e afirmou que o Brasil precisa se proteger do "artificialismo cambial", ou seja, da desvalorização do dólar. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), no entanto, disse que as medidas são tímidas e beneficiam poucos setores. O vice-líder do PP deputado Luiz Carlos Heinze (RS) reclamou que o governo desonera alguns setores e onera outros.

Imposto de Renda e importações

A dedução de Imposto de Renda de doações para entidades que apoiem pesquisas sobre o câncer também faz parte do pacote do governo. Outro ponto anunciado foi um novo regime automotivo que irá beneficiar novos investimentos

das montadoras brasileiras e reduzir, a partir de 2013, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de empresas que investirem em inovação e em compras de produtos no País.

Mantega anunciou ainda o aumento do crédito no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outra medida será a postergação do recolhimento de Pis/Cofins para os setores de autopeças, têxtil, confecção, calçados e móveis.

Na área de defesa comercial, a Receita Federal e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) vão aprimorar o controle da entrada de mercadorias que não estão em conformidade com as normas técnicas brasileiras. Também serão controladas importações em que haja suspeita de fraudes.

Reportagem- Sílvia Mugnatto/ Da Rádio Câmara

Edição- Mariana Monteiro

	VEÍCULO REUTERS BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma pede agilidade para salvaguardas contra <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA, 3 Abr (Reuters) - A presidente Dilma Rousseff determinou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior investigar de forma rigorosa e rápida todas as demandas do setor privado sobre concorrência desleal de produtos importados.

"(O governo) está mais rigoroso e mais ágil para investigar a necessidade de se aplicar salvaguardas (contra produtos importados)", afirmou nesta terça-feira o secretário-executivo da pasta, Alessandro Teixeira, acrescentando que essa foi uma determinação "expressa" da presidente da República.

Em meados de março, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) abriu investigação sobre importação de vinho estrangeiro para imposição de salvaguarda. O órgão entendeu que o crescimento das compras da bebida causaram prejuízo à indústria doméstica.


As principais medidas são aumento do Imposto de Importação ou restrição da quantidade importada.

O secretário-executivo evitou detalhar, apesar de questionado, quais os setores que fizeram demanda para abertura de sindicância.

A investigação sobre vinho é a apenas a quarta do Departamento de Defesa Comercial desde 1995. Em duas, houve adoção de medidas e uma foi extinta sem nenhuma ação.

No anúncio do pacote de medidas de estímulo à indústria desta terça, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, discorreu também sobre defesa comercial, mas limitou-se a listar apenas às iniciativas já tomadas pela Receita Federal para combater fraude em importados e um projeto de resolução que está em tramitação no Senado que reduz a alíquota do ICMS interestadual de bens comprados do exterior.

(Reportagem de Tiago Pariz)

	VEÍCULO CONSULTOR JURÍDICO	EDITORIA
	TÍTULO Incentivos fiscais e o <u>desenvolvimento</u> da indústria	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Ariane Costa Guimarães

Um efervescente debate nacional surgiu com o Projeto de Resolução do Senado 72/10, que uniformiza a alíquota de **ICMS** sobre as **importações** fixando-a em zero para as operações que envolvam bens e **mercadorias importadas** do exterior e destinadas à revenda. Já há alterações no projeto original e, hoje, as comissões falam da instituição da alíquota ao patamar de 4%.

A proposta invoca o fortalecimento da indústria nacional. O que ocorre é que alguns estados, unilateralmente e sem observância da regra constitucional de deliberação prévia pelo Confaz, instituem benefícios fiscais que reduzem o **ICMS** para favorecer operações de **importação** de **mercadorias** em seus territórios, atraindo investimentos desse segmento da economia (tradings, por exemplo) — é o fenômeno da “guerra dos portos”.

Nesse contexto, há algumas premissas ditas e repetidas.

A primeira é que essa “guerra” reduziria a arrecadação total do **ICMS** para os demais estados que não possuem os benefícios, pois os ganhos decorrentes dessa postura não compensariam as perdas dos destinatários das **mercadorias** subsidiadas.

A segunda diz que a manutenção do cenário de concessão de incentivos pelos estados prejudica a indústria nacional, pois enquanto a tributação pelo **ICMS** das **mercadorias importadas** é de 12%, nos estados que concedem benefícios, essa alíquota é reduzida, por exemplo, a 2%.

Pela terceira, a proposta prejudicaria o orçamento estatal, pois haveria redução na arrecadação sem qualquer compensação, daí ela dever ser rejeitada ou alterada.

É **importante** extrair a essência do raciocínio empregado no PRS 72/10: a **mercadoria** estrangeira terá alíquota zero do **ICMS** na operação interestadual, cabendo ao estado destinatário a sua tributação, o que incentivaria a indústria nacional, já que os produtos **importados** não poderiam ser agraciados com benefícios fiscais nos estados em que são **importados**.

Fixado esse raciocínio, também é **importante** quatro **importantes** aspectos pelos quais a defesa da indústria nacional precisa ser examinada: (i) a relação da guerra fiscal com o pacto federativo; (ii) o compromisso constitucional de **desenvolvimento regional** sócio-econômico; (iii) a carga tributária nacional e (iv) a gestão das receitas.

A chamada “guerra fiscal” consiste na sucessão de incentivos fiscais concedidos unilateralmente pelos estados, que vão desde as reduções de base de cálculo do **ICMS** passando por diferimento e chegando a financiamento para pagamento da exação. Qualquer benefício fiscal somente pode ser estabelecido pelos estados com prévia autorização do Confaz (art. 155, § 2º, XII, “g”, da CF/88), o que não tem ocorrido.

Esse fenômeno está diretamente ligado a dois **importantes** elementos fundantes do Estado brasileiro: o pacto federativo e a construção de ambientes propícios ao **desenvolvimento** econômico e social do Brasil. O pacto federativo é caracterizado pela descentralização política, a repartição de competências e a autonomia dos estados. Pelo princípio federativo, a Constituição deve fornecer condições para que a autonomia dos estados possa ser exercida e, no caso em análise, ela confere ao Confaz a deliberação sobre benefícios fiscais.

No entanto, a Lei Complementar 24/75, que regula o Confaz exige, para a aprovação dos benefícios, unanimidade de votos, o que inviabiliza o exercício da esperada autonomia. Isso porque, na federação, os estados podem e devem ter autonomia para instituir regras próprias, dentre as quais a atribuição de regime tributário menos oneroso para que possam atrair investimentos para seus territórios, principalmente quando sofram de condições geográficas e econômicas menos favoráveis ao **desenvolvimento**, tais como mão-de-obra pouco qualificada e infra-estrutura precária.

Logo, nem todo benefício fiscal seria inconstitucional, pois a Constituição Federal não apenas não veda, como o permite, desde que autorizado pelo Confaz.

De fato, pela leitura sistêmica da Constituição e considerando a autonomia dos estados, os benefícios fiscais somente poderiam ser afastados pela Constituição acaso provocassem competição desleal entre os entes federados,

deixando, por exemplo, de ser instituído para compensar as condições econômicas e geográficas desfavoráveis ao **desenvolvimento regional**. Nesse aspecto, caberia ao Congresso Nacional ou ao Confaz fixar os critérios em que tais situações ocorreriam, tomando sempre como premissa a possibilidade de concessão de benefícios fiscais.

Outro aspecto de relevo é o seguinte: o projeto de resolução do Senado pretende fortalecer a indústria nacional coibindo a instituição de incentivos fiscais para a **importação**. Ocorre que a oneração das **importações** ataca equivocadamente o fator que enfraquece a indústria nacional, pois o prejuízo que ela tem suportado não vem dos incentivos fiscais concedidos pelos estados, mas, sob a ótica fiscal, da carga tributária incidente sobre a **produção** no Brasil.

O estudo intitulado “Pesquisa Internacional sobre Tributação”, encomendado pela Deloitte(1) mostra que a carga tributária brasileira incidente sobre a **produção** é duas vezes maior que a média mundial, considerando o **ICMS**, o IPI, além dos tributos que afetam o preço indiretamente, como IRPJ, a CSLL e PIS/Cofins.

Ademais, a sobretaxação das **importações**, além das vantagens que a própria Constituição Federal já concede (imunidade do IPI e do **ICMS** à **exportação**) não é medida que se alia à proposta política de inserção dos bens e **mercadorias** brasileiras em competição internacional. Todavia, esse efeito não tem condições de tornar o produto brasileiro competitivo no exterior. Por essa razão, é oportuna uma das medidas anunciada pela presidente Dilma quanto à desoneração das contribuições previdenciárias.

Ora, o processo de **importação** é bom para o Brasil, pois traz a necessidade de constante aprimoramento do processo produtivo interno, necessidade esta sobre a qual o governo deveria se debruçar propondo a desoneração da tributação interna, o fornecimento de infra-estrutura e o fomento do capital humano.

Na verdade, o **Brasil** precisa se debruçar sobre o objetivo de redução da carga tributária para a **produção**. E

não há que se falar em redução da carga tributária sem que seja tratada, da mesma forma, a gestão dos recursos públicos e a sua redução. Não é factível reduzir tributos sem reduzir ou reorganizar despesas. Estudo da Câmara dos Deputados, de autoria do consultor legislativo Aurélio Guimarães Cruvinel e Palos, mostra que o crescimento das despesas públicas levou a “constantes alterações do sistema tributário com o fim de se aumentar a receita pública federal. A União, sobretudo por meio das contribuições sociais, elevou sua carga tributária entre 1994 e 2010 em 27,8%” (A Constituição de 1988 e o pacto federativo fiscal. Mar/2011.)

A uniformização da alíquota do **ICMS** interestadual sobre **mercadorias importadas** trará o fim da guerra dos portos e poderá incentivar a sociedade a consumir mais produtos nacionais, por falta de opção. Contudo, trará efeitos colaterais não mensurados devidamente no debate público adotado na condução da PRS 72/10: (i) não colaborará com o pacto federativo; (ii) não concretizará o comprometimento constitucional de **desenvolvimento regional** e; (iii) não significará melhoria da indústria nacional frente à estrangeira.

(1) O estudo foi elaborado visando comparar o perfil tributário de 34 países com base na carga tributária direta e indireta incidente sobre pessoas jurídicas e na existência de legislação sobre preços de transferência, normas antielisão, penalidades, incentivos fiscais para novos investimentos, etc. Os dados apresentados foram fornecidos pelos escritórios da Deloitte no exterior.

Ariane Costa Guimarães é advogada, visiting scholar na Georgetown University, em Washington D.C., mestre em Direito e professora de Direito Tributário no UniCEUB.

Revista Consultor Jurídico, 3 de abril de 2012

	VEÍCULO DIARIO ABC	EDITORIA	
	TÍTULO Receita formaliza alfandegamento da ZPE do Acre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A **Superintendência da 2ª Região Fiscal da Receita Federal**, sediada em Belém, publicará nesta quarta-feira no **Diário Oficial da União** o **Ato Declaratório que formaliza o alfandegamento da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre**.

O governador do Estado, Tião Viana, ligou para o **Superintendente** da 2ª Região Fiscal da Receita Federal, Esdras Esnarriaga Júnior, na última sexta-feira. "Ele garantiu que todo processo estava de acordo com a legislação e que só faltava a publicação no Diário para onde ele já havia enviado o Ato Declaratório", informou Viana, nesta terça-feira, durante solenidade da Federação das Indústrias do Acre.

A medida era aguardada com ansiedade pelo Governo do Estado. Na prática, a ZPE do Acre passa a ser a primeira do país a ser alfandegada.

"A ZPE do Acre já é uma realidade e com ela a economia vai sofrer um grande impacto", afirmou o secretário de **Desenvolvimento** Florestal, da Indústria, do **Comércio** e dos Serviços Sustentáveis, Edvaldo Magalhães.

"A ZPE dará um passo **importante** para o real **desenvolvimento** do Acre", avaliou o presidente da Federação do **Comércio** do Acre, Leandro Domingos.

Agora, as articulações políticas ganham força para que o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, faça parte da solenidade que marca simbolicamente o início dos trabalhos no empreendimento.

Desde o ano passado, o governador Tião Viana pleiteava a possibilidade de que a presidente Dilma Rousseff participasse de abertura dos trabalhos na ZPE. Alegando "problemas de agenda", a vinda sempre foi adiada.